

Estudo Técnico Preliminar

Processo administrativo Nº 2026.03.30.002



Unidade responsável
Sec. de Planejamento e Desenvolvimento Urbano
Prefeitura Municipal de Chorozinho



Data
28/05/2026



Responsável
Comissão De Planejamento

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente instrumento tem por finalidade analisar a viabilidade da contratação de prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria na operacionalização, gestão e acompanhamento de sistemas governamentais vinculados a convênios e instrumentos congêneres celebrados com a União e com o Estado do Ceará, visando atender às demandas institucionais da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano do Município de Chorozinho/CE.

A referida contratação justifica-se pela necessidade de assegurar suporte técnico especializado na execução de rotinas administrativas relacionadas à captação de recursos, acompanhamento de convênios, alimentação de plataformas governamentais oficiais, monitoramento de processos administrativos, elaboração de relatórios técnicos e demais procedimentos indispensáveis ao fiel cumprimento das obrigações pactuadas junto aos órgãos concedentes estaduais e federais.

As atividades desenvolvidas pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano demandam acompanhamento contínuo e especializado, especialmente em razão da complexidade operacional dos sistemas governamentais utilizados para gerenciamento de convênios, transferências voluntárias e instrumentos congêneres, tais como plataformas eletrônicas de prestação de contas, monitoramento físico-financeiro e execução de projetos públicos.

Nesse contexto, a contratação mostra-se necessária para:

- Assegurar o correto gerenciamento dos convênios e instrumentos celebrados;
 - Garantir o cumprimento dos prazos e exigências estabelecidos pelos órgãos concedentes;
 - Realizar alimentação e atualização de plataformas governamentais oficiais;
 - Promover o acompanhamento técnico e administrativo dos processos vinculados aos convênios.
- Av. Baimundo Simplício de Carvalho, S/N, Vila Requeijão, Chorozinho - CE.

E-mail: licitacao@chorozinho.ce.gov.br Tel: (85) 3319 - 1163



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
DATA: 28/05/2026
AVANÇADA

- Subsidiar a elaboração de relatórios, pareceres e documentos técnicos necessários à prestação de contas;
- Evitar inconsistências operacionais que possam comprometer a regularidade dos instrumentos pactuados.

A ausência de suporte técnico especializado poderá comprometer diretamente:

- O cumprimento das obrigações assumidas perante os órgãos concedentes;
- A regularidade da execução dos convênios e instrumentos congêneres;
- A captação e manutenção de recursos públicos destinados ao Município;
- A prestação de contas e o acompanhamento físico-financeiro dos projetos;
- A eficiência administrativa e o planejamento das ações públicas.

Cumprir destacar que os serviços possuem natureza técnica contínua e especializada, demandando acompanhamento permanente, atualização normativa constante e conhecimento específico acerca da operacionalização dos sistemas governamentais utilizados pela Administração Pública.

Ademais, a Administração Municipal não dispõe, em quantidade suficiente, de equipe técnica especializada para execução integral dessas atividades, especialmente considerando a complexidade operacional dos sistemas, as exigências legais aplicáveis e a necessidade de acompanhamento contínuo dos convênios e instrumentos celebrados.

Dessa forma, a contratação pretendida visa:

- Garantir maior eficiência na gestão administrativa dos convênios e instrumentos congêneres;
- Assegurar regularidade na alimentação e monitoramento das plataformas oficiais;
- Otimizar os procedimentos administrativos relacionados à execução e prestação de contas;
- Reduzir riscos de inadimplência administrativa perante órgãos concedentes;
- Promover maior controle e acompanhamento técnico dos recursos públicos vinculados aos convênios;
- Atender ao interesse público com eficiência, economicidade e segurança administrativa.

A presente demanda encontra-se alinhada aos princípios da eficiência, planejamento, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público, conforme disposto nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

2. ÁREA REQUISITANTE

Área requisitante	Responsável
Sec. de Planejamento e Desenv. Urbano	LARA MAYARA SILVA COSTA

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação dos serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria na operação, realização, simplificação e acompanhamento das atividades de planejamento e desenvolvimento urbano, no âmbito do Município de Chorozinho, CE. E-mail: licitacao@chorozinho.ce.gov.br Tel: (85) 3319 - 1163



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
DATA: 28/05/2026
AVANÇADA

vinculados a convênios e instrumentos congêneres firmados com a União e o Estado do Ceará emerge da necessidade identificada pela área requisitante de assegurar a correta execução dos procedimentos administrativos associados. Esta demanda é corroborada pela relevância estratégica atribuída aos convênios e instrumentos congêneres que integram os objetivos institucionais da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano do Município de Chorozinho-CE. A prestação desses serviços visa garantir eficiência, regularidade e conformidade na gestão de convênios, respondendo à necessidade de apoio técnico qualificado.

Com base na descrição da necessidade contida no Documento de Formalização de Demanda (DFD), são estabelecidos padrões mínimos de qualidade e desempenho que incluem a execução de rotinas administrativas, alimentação de plataformas oficiais, monitoramento de processos e elaboração de relatórios, em consonância com os princípios de eficiência e economicidade previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Esses padrões devem ser mensuráveis através de indicadores de desempenho que assegurem a efetividade do acompanhamento e a transparência das operações vinculadas aos convênios.

Embora a utilização de um catálogo eletrônico de padronização tenha sido considerada, sua aplicação não atende às especificidades técnicas demandadas pela requisição, dada a ausência de itens padronizados que contemplam plenamente os requisitos detalhados para esses serviços especializados. A vedação à indicação de marcas ou modelos é observada para manter a competitividade, e qualquer sugestão será justificada detalhadamente em razão de especificidades funcionais essenciais.

Os requisitos técnicos e operacionais incorporam critérios de sustentabilidade nos processos, pautando-se pelo uso eficiente dos recursos e impacto ambiental reduzido, em alinhamento com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. Assim, a demanda por uso de sistemas que incorporem tecnologias de menor geração de resíduos e utilização de materiais recicláveis é contemplada quando aplicável.

Os requisitos estabelecidos guiarão o posterior levantamento de mercado, exigindo que os potenciais fornecedores demonstrem capacidade de atender a esses critérios técnicos e operacionais especificados, sem comprometer a competitividade do certame. A adequação dos requisitos às reais necessidades da área requisitante, em conformidade com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021, garantirá uma escolha fundamentada para a solução mais vantajosa, consolidada neste estudo técnico preliminar.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado, nos termos do art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, constitui etapa essencial para o adequado planejamento da contratação, visando identificar soluções disponíveis, prevenir práticas antieconômicas e assegurar a seleção da alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, em consonância com os princípios previstos nos arts. 5º e 11 do referido diploma legal.

No caso em análise, verifica-se que o objeto da contratação se caracteriza como serviço técnico especializado de assessoria e consultoria na operacionalização, gestão e acompanhamento de sistemas governamentais vinculados a convênios e instrumentos congêneres celebrados com a União e com o Estado do Ceará, compreendendo a execução de rotinas administrativas, alimentação de plataformas

Av. Raimundo Simplicio de Carvalho, S/N, Vila Requeijão, Chorozinho - CE.

E-mail: licitacao@chorozinho.ce.gov.br Tel: (85) 3319 - 1163



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTAR SUA CAMÉRA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
DATA: 28/05/2026
AVANÇADA

oficiais, monitoramento de processos, elaboração de relatórios técnicos e demais atos necessários ao fiel cumprimento das obrigações pactuadas junto à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano do Município de Chorozinho/CE.

Para a realização do levantamento de mercado, foram utilizadas múltiplas fontes de pesquisa, garantindo maior confiabilidade e aderência aos preços praticados no segmento, dentre as quais destacam-se:

- Consultas diretas a empresas especializadas na prestação de serviços de assessoria e consultoria em gestão de convênios e operacionalização de sistemas governamentais, evidenciando ampla oferta de profissionais e empresas com capacidade técnica compatível com as necessidades da Administração;
- Análise de contratações similares realizadas por outros entes públicos, especialmente municípios de porte equivalente, permitindo identificar padrões de contratação, escopo dos serviços, metodologias de execução e valores praticados;
- Consulta a sistemas oficiais de referência de preços e portais de transparência pública, possibilitando aferição de parâmetros atualizados e compatíveis com o mercado especializado.

A pesquisa evidenciou que os serviços pretendidos possuem natureza técnica especializada e são amplamente ofertados no mercado, havendo número significativo de empresas aptas à execução do objeto, o que favorece a competitividade e possibilita a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Do ponto de vista tecnológico e operacional, observou-se a crescente utilização de:

- Plataformas eletrônicas integradas de gestão de convênios e transferências voluntárias;
- Sistemas informatizados de monitoramento e controle de execução físico-financeira;
- Ferramentas digitais para acompanhamento processual e emissão de relatórios gerenciais;
- Mecanismos de controle e atualização eletrônica de informações junto aos órgãos concedentes.

A análise comparativa das alternativas disponíveis considerou critérios técnicos, econômicos e operacionais, destacando-se:

- Contratação de empresa especializada (terceirização);
- Execução direta pela Administração Pública.

A hipótese de execução direta foi afastada em razão da insuficiência de equipe técnica especializada no âmbito da Secretaria, bem como da necessidade de conhecimento específico acerca da operacionalização de sistemas governamentais, acompanhamento de convênios e atendimento às exigências técnicas e normativas dos órgãos concedentes estaduais e federais.

Por sua vez, a contratação de empresa especializada mostrou-se a alternativa mais vantajosa, considerando:

- Maior eficiência operacional na gestão e acompanhamento dos convênios;
- Disponibilidade de equipe técnica especializada e atualizada quanto às normas aplicáveis;
- Redução de riscos de inconsistências administrativas e perda de prazos;

Av. Raimundo Simplício de Carvalho, S/N, Vila Requeijão, Chorozinho - CE.

E-mail: licitacao@chorozinho.ce.gov.br Tel: (85) 3319 - 1163



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
DATA: 28/05/2026
AVANÇADA

- Melhoria no monitoramento dos instrumentos celebrados;
- Maior segurança técnica na alimentação das plataformas oficiais;
- Melhor relação custo-benefício para a Administração.

Ademais, considerando que as demandas relacionadas à operacionalização de convênios e instrumentos congêneres possuem natureza contínua e exigem acompanhamento permanente, a modelagem da contratação permite maior eficiência na gestão administrativa e no cumprimento das obrigações assumidas perante os órgãos concedentes.

Dessa forma, conclui-se que a contratação de empresa especializada representa a solução mais adequada, garantindo economicidade, eficiência administrativa e alinhamento ao interesse público, em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

De acordo com a pesquisa de preços acostada aos autos do processo administrativo, a despesa será estimada no valor total de R\$ 55.400,04 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos reais e quatro centavos), vinculada à dotação orçamentária 1001.15.122.0066.2.075 – Gerenciamento da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, no elemento de despesa 33903905 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 55.400,04 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos reais e quatro centavos).

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de assessoria e consultoria na operacionalização, gestão e acompanhamento de sistemas governamentais vinculados a convênios e instrumentos congêneres celebrados com a União e com o Estado do Ceará, com a finalidade de atender às necessidades operacionais e administrativas da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano do Município de Chorozinho/CE.

A contratação compreende a execução de serviços técnicos especializados relacionados ao gerenciamento administrativo de convênios e instrumentos congêneres, incluindo, mas não se limitando a:

- Alimentação e atualização de plataformas governamentais oficiais;
- Acompanhamento e monitoramento de processos administrativos vinculados a convênios;
- Execução de rotinas administrativas relacionadas à gestão dos instrumentos pactuados;
- Elaboração de relatórios técnicos e gerenciais;
- Acompanhamento da execução físico-financeira dos convênios;
- Suporte técnico na prestação de contas junto aos órgãos concedentes;
- Monitoramento de prazos, pendências e exigências administrativas;
- Orientação técnica quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas.

A solução contempla de forma integrada:

- Suporte técnico especializado na operacionalização dos sistemas governamentais utilizados pela Administração Pública;
- Acompanhamento contínuo da situação dos convênios e instrumentos celebrados.

AV. Raimundo Simplicio de Carvalho, 57N, Vila Requeijão, Chorozinho - CE.

E-mail: licitacao@chorozinho.ce.gov.br Tel: (85) 3319 - 1163



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTAR SUA CAMERA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
DATA: 28/05/2026
AVANÇADA

- Controle administrativo e monitoramento de prazos e obrigações;
- Emissão de relatórios e documentos técnicos necessários à gestão eficiente dos instrumentos;
- Assessoria técnica para regularidade administrativa perante os órgãos concedentes estaduais e federais.

A adoção dessa solução é indispensável para assegurar:

- O correto gerenciamento dos convênios e instrumentos congêneres;
- O cumprimento tempestivo das obrigações administrativas e operacionais;
- A regularidade na alimentação das plataformas oficiais;
- A adequada execução e acompanhamento dos recursos públicos captados;
- A prevenção de inconsistências administrativas que possam comprometer a execução dos instrumentos pactuados;
- O fortalecimento da capacidade administrativa da Secretaria.

Considerando que a Administração Municipal não dispõe de equipe técnica especializada suficiente para execução integral dessas atividades, especialmente diante da complexidade operacional dos sistemas governamentais e das constantes atualizações normativas aplicáveis aos convênios públicos, a contratação de empresa especializada mostra-se a alternativa tecnicamente viável e economicamente mais vantajosa.

Adicionalmente, em razão da natureza contínua e especializada dos serviços, a solução permite maior eficiência operacional, controle administrativo e segurança técnica no acompanhamento dos convênios e instrumentos congêneres vinculados à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

A escolha da solução encontra respaldo no levantamento de mercado realizado, que evidenciou a existência de ampla oferta de empresas aptas à execução do objeto, com capacidade técnica, experiência operacional e condições competitivas compatíveis com as necessidades da Administração Pública.

A contratação deverá observar o devido processo licitatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021, assegurando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA OPERACIONALIZAÇÃO, GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DE SISTEMAS GOVERNAMENTAIS VINCULADO A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES CELEBRADOS COM A UNIÃO E COM O ESTADO DO CEARÁ, COMPREENDENDO A EXECUÇÃO DE ROTINAS ADMINISTRATIVAS, ALI	12,000	Mês

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
------	-----------	------	------	---------------	----------------



ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA OPERACIONALIZAÇÃO, GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DE SISTEMAS GOVERNAMENTAIS VINCULADO A CONVÊNIO E INSTRUMENTOS CONGÊNERES CELEBRADOS COM A UNIÃO E COM O ESTADO DO CEARÁ, COMPREENDENDO A EXECUÇÃO DE ROTINAS ADMINISTRATIVAS, ALI	12,000	Mês	4.616,67	55.400,04

Deste modo, como tendo como parâmetro as pesquisas de preços realizadas, tem-se que o valor médio estimado, conforme dados demonstrados acima, totalizam a monta de R\$ 55.400,04 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos reais e quatro centavos)

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A análise inicial do parcelamento do objeto da contratação, nos termos do art. 40, V, b da Lei nº 14.133/2021, visa primordialmente ampliar a competitividade e deve ser considerada obrigatória no Estudo Técnico Preliminar (ETP), conforme estabelece o art. 18, §2º. A divisão do objeto por itens, lotes ou etapas deve ser realizada sempre que possível e vantajosa para a Administração, respeitando-se os critérios de eficiência e economicidade mandatados pelo art. 5º.

No estudo da possibilidade de parcelamento, verifica-se que o objeto em questão pode permitir divisão por itens, lotes ou etapas, em consonância com o §2º do art. 40, especialmente dada a indicação preliminar do processo administrativo para loteamento. Pesquisa de mercado revelou a existência de fornecedores especializados em diferentes partes da solução, promovendo maior competitividade e requisitos de habilitação proporcionais. Ademais, a divisão pode otimizar o uso de recursos locais e gerar benefícios logísticos, conforme destaca o levantamento de demandas e revisões técnicas realizadas.

Todavia, embora o parcelamento se apresente tecnicamente executável, a execução integral pode ser mais benéfica sob diversas circunstâncias, conforme orienta o art. 40, §3º. Este formato garante economia de escala e facilita a gestão contratual através de um único contrato (inciso I), bem como preserva a operabilidade de um sistema único e coeso (inciso II). Além disso, a consolidação tende a minimizar riscos quanto à integridade técnica e responsabilidades envolvidas, principalmente em casos de obras ou serviços, valorizando a padronização e a exclusividade de fornecedor (inciso III).

Considerando os impactos na gestão e fiscalização dos contratos, observa-se que uma execução consolidada pode simplificar a administração e garantir a clareza na responsabilidade técnica, ao passo que o parcelamento, apesar de favorecer maior supervisão de entregas distribuídas, aumentaria a complexidade administrativa, desafiante à atual capacidade institucional. Os princípios de eficiência estipulados no art. 5º devem subsidiar esta análise.

Conclui-se, portanto, que a execução integral se apresenta como a alternativa mais vantajosa para a Administração. Esta opção alinha-se diretamente aos objetivos pretendidos (Seção 10 - Resultados pretendidos), promovendo a economicidade e competitividade, como disposto nos arts. 5º e 11. A execução integral respeita ainda os

AV. Raimundo Simplicio de Carvalho, S/N, Vila Requeijão, Chorozinho - CE.

E-mail: licitacao@chorozinho.ce.gov.br Tel: (85) 3319 - 1163



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
 APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO
 PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
 DATA: 28/05/2026
 AVANÇADA

parâmetros do art. 40, evidenciando-se enquanto recomendação técnica final para esta contratação.

9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação encontra-se prevista no PCA, como despesa regular e planejada para o exercício de 2026.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, exercício de 2026, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 23555279000175-0-000006/2026

Data de publicação no PNCP: 27/02/2026

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de assessoria e consultoria na operacionalização, gestão e acompanhamento de sistemas governamentais vinculados a convênios e instrumentos congêneres tem como finalidade alcançar os seguintes resultados institucionais no âmbito da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano do Município de Chorozinho/CE:

1. Eficiência na Gestão de Convênios e Instrumentos Congêneres

Assegurar acompanhamento técnico contínuo e adequado dos convênios celebrados com a União e com o Estado do Ceará, promovendo maior eficiência administrativa na execução das obrigações pactuadas.

Resultados esperados:

- Melhoria na gestão administrativa dos convênios;
- Maior controle sobre prazos, obrigações e pendências;
- Redução de inconsistências operacionais e administrativas;
- Maior eficiência na execução físico-financeira dos instrumentos pactuados.

2. Atendimento Tempestivo das Demandas Administrativas

Estabelecer fluxo eficiente de acompanhamento e operacionalização das plataformas governamentais e processos vinculados aos convênios.

Espera-se:

- Agilidade na alimentação e atualização dos sistemas oficiais;
- Cumprimento tempestivo de exigências dos órgãos concedentes;
- Redução de riscos de bloqueios, inadimplências ou perda de recursos;
- Atendimento eficiente às demandas administrativas da Secretaria.

Indicador:

- Cumprimento dos prazos estabelecidos pelos órgãos concedentes e sistemas governamentais.

3. Regularidade na Alimentação das Plataformas Oficiais

Garantir a regularidade na alimentação dos sistemas oficiais, informando a Vila Residência Governamental, Inulac e aos

Av. Raimundo Simplicio de Carvalho, S/N, Vila Resqueijão, Chorozinho - CE.

E-mail: licitacao@chorozinho.ce.gov.br Tel: (85) 3319 - 1163



convênios e instrumentos congêneres.

Objetivos:

- Assegurar conformidade das informações prestadas;
- Promover maior segurança administrativa;
- Evitar inconsistências cadastrais e operacionais;
- Garantir transparência e rastreabilidade das informações inseridas.

4. Eficiência na Gestão Contratual

Com a centralização dos serviços especializados em contrato único:

- Facilita-se o acompanhamento e fiscalização contratual;
- Padronizam-se os procedimentos administrativos;
- Melhora-se a organização documental e operacional;
- Otimiza-se a gestão administrativa da Secretaria.

5. Forma de Execução e Aferição

A execução dos serviços ocorrerá de forma contínua, mediante acompanhamento técnico das demandas administrativas vinculadas aos convênios e instrumentos congêneres.

Forma de aferição:

1. Registro das atividades executadas;
2. Controle de alimentação e atualização dos sistemas oficiais;
3. Verificação do cumprimento de prazos administrativos;
4. Conferência dos relatórios técnicos apresentados;
5. Atesto da execução dos serviços pelo fiscal do contrato.

6. Monitoramento e Controle dos Convênios

Indicador: Controle técnico e administrativo dos instrumentos pactuados.

Objetivos:

- Garantir acompanhamento permanente dos convênios;
- Evitar atrasos na execução administrativa;
- Assegurar regularidade na prestação de contas;
- Melhorar o controle interno das ações vinculadas aos recursos captados.

7. Instrumentos de Controle e Monitoramento

Para acompanhamento da execução contratual, deverão ser exigidos:

1. Relatórios periódicos das atividades executadas;
2. Comprovação de alimentação e atualização das plataformas oficiais;
3. Controle formal de prazos e pendências administrativas;
4. Relatórios de monitoramento dos convênios e instrumentos congêneres;
5. Registro das ações executadas no âmbito da assessoria técnica.

8. Atendimento ao Interesse Público

A contratação será realizada de acordo com o Edital nº 001/2026, disponível em: licitacao@chorozinho.ce.gov.br, na Av. Raimundo Simplicio de Carvalho, S/N, Vila Recreio, ChoroZinho - CE.

E-mail: licitacao@chorozinho.ce.gov.br Tel: (85) 3319 - 1163



gestão de convênios e instrumentos congêneres, garantindo maior eficiência na aplicação e acompanhamento dos recursos públicos.

Impactos esperados:

- Melhoria da gestão administrativa dos convênios;
- Maior segurança técnica e operacional;
- Fortalecimento do controle e acompanhamento dos recursos públicos;
- Melhoria na execução das políticas públicas vinculadas aos instrumentos pactuados;
- Redução de riscos de inadimplência administrativa perante órgãos concedentes.

Conclusão

Os resultados pretendidos convergem para o fortalecimento da gestão administrativa, melhoria do controle operacional dos convênios e maior eficiência na execução das obrigações pactuadas, assegurando adequada aplicação dos recursos públicos e observância aos princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

As providências internas antes da celebração do contrato, conforme art. 18, §1º, inciso X, serão essenciais ao ciclo de planejamento e governança da contratação, assegurando sua execução eficiente e a consecução dos objetivos de Resultados Pretendidos, mitigando riscos e promovendo o interesse público (art. 5º), com base em Descrição da Necessidade da Contratação. Essas medidas integrarão o planejamento e articularão com a definição da solução e o modelo de execução contratual. Os ajustes físicos, tecnológicos ou organizacionais necessários ao ambiente onde o objeto será executado serão descritos, justificando sua relevância para viabilizar os benefícios esperados. Essas providências serão organizadas em um cronograma detalhado, especificando ações, responsáveis e prazos, a ser anexado ao ETP, seguindo a ABNT (NBR 14724:2011), destacando que a ausência desses ajustes poderá comprometer a execução, como riscos à segurança operacional ou instalação de equipamentos. A capacitação dos agentes públicos para gestão e fiscalização do contrato (art. 116) será abordada, justificando tecnicamente como o treinamento assegurará os resultados previstos (art. 11), segmentada por perfis como gestor, fiscais e técnicos, conforme a complexidade da execução, subentendendo a metodologia e, se aplicável, utilizando listas ou cronogramas conforme ABNT (NBR 14724:2011). Essas providências integrarão o Mapa de Riscos como estratégias preventivas de mitigação, articulando-se com a unidade de gestão de riscos ou controle interno, quando houver, para evitar comprometer prazos, qualidade ou conformidade legal, garantindo os benefícios projetados. As ações preparatórias serão indispensáveis para viabilizar a contratação e assegurar os resultados esperados, otimizando recursos públicos e promovendo governança eficiente (art. 5º), alinhadas a Resultados Pretendidos, sendo que, se não houver providências específicas, a ausência será fundamentada tecnicamente no texto.

12. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

Nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, o Sistema de Registro de Preços (SRP) é indicado para contratações que envolvam demandas frequentes, contratações Av. Raimundo Simplicio de Carvalho, S/N, Vila Requeijão, ChoroZinho - CE.

E-mail: licitacao@chorozinho.ce.gov.br Tel: (85) 3319 - 1163



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
DATA: 28/05/2026
AVANÇADA

futuras e eventuais ou incerteza quanto aos quantitativos a serem executados ao longo do tempo.

Entretanto, no caso concreto, opta-se pela não adoção do Sistema de Registro de Preços, considerando as particularidades da presente contratação, consistente na prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria na operacionalização, gestão e acompanhamento de sistemas governamentais vinculados a convênios e instrumentos congêneres celebrados com a União e com o Estado do Ceará, junto à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano do Município de ChoroZinho/CE.

Inicialmente, destaca-se que a Administração promoveu levantamento prévio e planejamento detalhado das necessidades administrativas da Secretaria, sendo possível definir de forma precisa o escopo dos serviços, a metodologia de execução, o período contratual e as atividades técnicas a serem desempenhadas, afastando a característica de demanda incerta que justificaria a adoção do SRP.

Ademais, a contratação apresenta objeto contínuo e previamente delimitado, envolvendo acompanhamento técnico especializado permanente dos convênios e instrumentos congêneres vinculados à Secretaria, incluindo alimentação de plataformas oficiais, monitoramento de processos administrativos, elaboração de relatórios e suporte técnico operacional, o que demanda execução contratual direta e acompanhamento contínuo do contratado.

Outro ponto relevante consiste no fato de que a adoção do SRP, neste caso, não traria ganhos significativos de eficiência ou economicidade, podendo, ao contrário:

- Tornar a gestão contratual mais complexa;
- Gerar dificuldades no acompanhamento técnico contínuo dos serviços;
- Comprometer a padronização metodológica das atividades executadas;
- Demandar estrutura administrativa adicional para gerenciamento da ata de registro de preços;
- Gerar risco de subutilização da ata, diante da especificidade e continuidade do objeto contratado.

Além disso, considerando o valor estimado da contratação e sua execução contínua durante período previamente estabelecido, mostra-se mais adequado realizar contratação específica mediante procedimento licitatório próprio, com definição clara das obrigações, escopo técnico, prazos de execução e responsabilidades da contratada.

Importa ressaltar que o objeto possui natureza técnica especializada e ampla oferta no mercado, existindo empresas e profissionais capacitados à execução dos serviços, o que garante a competitividade do certame mesmo fora do regime de registro de preços, sem prejuízo à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Dessa forma, conclui-se que a não adoção do Sistema de Registro de Preços encontra-se devidamente motivada, estando alinhada ao planejamento administrativo da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.



13. DA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS NA FORMA DE CONSÓRCIO

A participação de consórcios na presente contratação representa um ponto crítico de avaliação, considerando a complexidade e a especificidade da prestação de serviços técnicos especializados de assessoramento e consultoria na operacionalização, gestão e acompanhamento de sistemas governamentais vinculados a convênios e instrumentos congêneres. A análise parte da necessidade de assegurar que a complexidade técnica do objeto, tal como a gestão integrada de convênios e a condução eficiente das plataformas governamentais, seja atendida de forma adequada e eficiente.

Conforme o artigo 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de consórcios é admitida, salvo vedação expressa e fundamentada no estudo técnico preliminar, destacando-se, portanto, se o modelo consorciado, com a agregação de capacidades técnicas e financeiras, poderia oferecer vantagens perceptíveis. Contudo, considerando a natureza específica da demanda, uma abordagem individualizada e não consorciada pode ser mais **adequada**, visto que se trata de atividades rotineiras e contínuas, onde o somatório de especialidades pode não ser estritamente necessário, podendo, inclusive, incrementar a complexidade administrativa e de fiscalização, dificultando o atingimento dos resultados pretendidos.

Ademais, considerando o levantamento de mercado e a demonstração da vantajosidade, a presença de fornecedores individuais com capacidade instalada para atender de forma integral e eficiente às necessidades da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano do Município de Chorozinho-CE parece prevalente, o que diminui a necessidade de formação de consórcios. Sob o ponto de vista da economicidade e da eficiência, a concentração em um fornecedor único pode simplificar a gestão contratual e assegurar melhor controle e risco minimizado nas operações, em linha com os objetivos do artigo 5º da referida Lei.

Embora os consórcios possam permitir o acréscimo de capacidade econômica e financeira, especialmente através do benefício econômico de somar diversas expertise de mercado, a dinâmica da presente contratação não se alinha a tais necessidades. A vedação à participação de consórcios se mostra **compatível** com um modelo de execução que privilegia a eficiência na gestão de um único fornecedor, ao garantir segurança jurídica e isonomia entre os participantes, conforme preceitos dos artigos 5º e 11. Assim, conclui-se que a exclusão dos consórcios como modelos participantes na presente licitação garantiria, de forma mais segura, a economicidade e a eficiência almejadas pela Administração.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

No contexto da Administração Pública, a análise de contratações correlatas e/ou interdependentes é fundamental para assegurar um planejamento integrado e otimizado dos recursos. Contratações correlatas referem-se àquelas com objetos semelhantes ou que complementam a solução proposta, enquanto contratações interdependentes são aquelas que precisam ser realizadas previamente ou dependem

Av. Raimundo Simplicio de Carvalho, S/N, Vila Requeijão, Chorozinho - CE.

E-mail: licitacao@chorozinho.ce.gov.br Tel: (85) 3319 - 1163



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
DATA: 28/05/2026
AVANÇADA

da solução em foco. Realizar essa análise permite à Administração Pública evitar sobreposições, reduzir custos, e alinhar a execução das contratações segundo os princípios de eficiência e economicidade previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, além de promover padronização e economia de escala conforme o art. 40, inciso V, da referida Lei.

Ao examinar as contratações passadas, atuais ou futuras que possam estar relacionadas à necessidade identificada, observou-se que a solução proposta neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) não possui contratações correlatas ou diretamente interdependentes em andamento ou planejadas dentro da Prefeitura Municipal de Chorozinho. A prestação de serviços técnicos especializados na gestão e acompanhamento de sistemas governamentais não se mostrou tecnicamente relacionada a outras contratações em termos de objetivos ou operações que possam ser combinadas ou que demandem um ajuste contratual para transição. Também não há evidências de que a solução em questão dependa de infraestrutura ou serviços adicionais já existentes ou previstos para implementação eficaz.

Conclui-se, portanto, que a análise realizada não identificou contratações correlatas ou interdependentes que exijam ajustes nos quantitativos, requisitos técnicos ou na abordagem de contratação para esta necessidade específica. Em consequência, não há necessidade de alterar os planos formulados nas seções 'Descrição dos Requisitos da Contratação', 'Descrição da Solução como um Todo', 'Estimativa das Quantidades' e 'Providências a Serem Adotadas' do ETP. A ausência de contratações correlatas e interdependências técnicas neste contexto reforça a autonomia da solução proposta e o bom planejamento alinhado com o Plano de Contratação Anual (PCA), conforme estabelecido pelo §2º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Os possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação de serviços de assessoria e consultoria na operacionalização, gestão e acompanhamento de sistemas governamentais vinculados a convênios e instrumentos congêneres, abrangem aspectos como o consumo de energia em dispositivos utilizados para a execução de rotinas administrativas e a geração de resíduos de equipamentos eletrônicos. Considerando a necessidade de assegurar sustentabilidade conforme o artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, faz-se necessário prever medidas mitigadoras que promovam práticas sustentáveis ao longo do ciclo de vida dos serviços.

A análise do ciclo de vida incluirá a identificação e minimização de emissões de gases e o uso intensivo de recursos naturais, conforme identificado no levantamento de mercado e demonstração da vantajosidade. Soluções sustentáveis, como a preferência por equipamentos que possuam certificação Procel A, deverão ser incentivadas para garantir eficiência energética. Além disso, a implementação de logística reversa para o descarte de toners e outros resíduos de equipamentos eletrônicos será essencial para o adequado manejo dos materiais, promovendo a reciclagem e redução de impactos ambientais adversos.

Medidas específicas para o uso de insumos biodegradáveis durante a prestação de serviços também serão promovidas, visando equilibrar as dimensões econômica, social e ambiental e mantendo as necessidades de manutenção contínua para assegurar a

Av. Raimundo Simplicio de Carvalho, S/N, Vila Requeijão, Chorozinho - CE.

E-mail: licitacao@chorozinho.ce.gov.br Tel: (85) 3319 - 1163



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTAR SUA CAMÉRA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
DATA: 28/05/2026
AVANÇADA

eficiência do objeto contratual. Essas medidas estarão contempladas no termo de referência, alinhadas com o art. 6º, inciso XXIII, da Lei citada, assegurando a competitividade e a escolha da proposta mais vantajosa prevista no art. 11.

As soluções propostas buscarão harmonizar a capacidade administrativa de implementação e a eventual necessidade de licenciamento ambiental, conforme art. 18, §1º, inciso XII, sem interpôr barreiras indevidas. As medidas mitigadoras detalhadas são **essenciais** para assegurar a redução de impactos ambientais, a otimização de recursos e o cumprimento dos resultados pretendidos pela administração, promovendo sustentabilidade e eficiência dentro das diretrizes da contratação pública e garantindo um resultado favorável em termos de desempenho ambiental.

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação dos serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria na operacionalização, gestão e acompanhamento de sistemas governamentais vinculados a convênios e instrumentos congêneres celebrados com a União e o Estado do Ceará é declarada viável e vantajosa para atender às necessidades da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano do Município de Chorozinho-CE. Este posicionamento encontra-se alinhado com os princípios da eficiência e interesse público, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, e reflete de forma substancial a análise técnica, econômica, operacional e jurídica conduzida ao longo do Estudo Técnico Preliminar.

A pesquisa de mercado realizada evidencia que a solução proposta é adequada e compatível com as melhores práticas do setor, apresentando custos que se alinham aos valores médios praticados em contratações similares. A estimativa de quantidades a serem contratadas, respaldada por dados quantificáveis e embasada no histórico de demandas da Administração, confirma que a previsão de 12 meses de prestação de serviços atende plenamente às exigências operacionais almeçadas.

O critério de vantajosidade pautou-se pela análise de economicidade inerente ao processo licitatório, conforme o art. 11 da mesma Lei, que busca assegurar que a proposta selecionada seja a mais benéfica para a Administração Pública, tanto em termos de custos quanto de resultados esperados. A contratação está sintonizada com o planejamento estratégico da entidade, integrando-se ao Plano de Contratação Anual (PCA) identificado como 23555279000175-0-000006/2026 e alinhado com o exercício financeiro de 2026.

Invocando, portanto, o art. 18, §1º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021, que exige a conclusão sobre a viabilidade da contratação, afirmamos que a proposta não só atende de forma concreta às necessidades operacionais da secretaria, mas também apresenta fundamentos sólidos, sejam técnicos ou jurídicos, que confirmam seu valor como medida de política pública adequada e necessária. Diante dos riscos mapeados e das medidas preventivas estabelecidas, recomenda-se a realização da contratação conforme preceitos legais, garantindo os resultados pretendidos e promovendo a continuidade eficiente e regular dos serviços públicos vinculados aos convênios em questão.



Chorozinho / CE, 28 de maio de 2026

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

assinado eletronicamente
IGOR DA SILVA ALBANO
PRESIDENTE

assinado eletronicamente
Dandara Albano de Freitas
MEMBRO

assinado eletronicamente
MAYARD SAVIO DE LIMA GOMES
MEMBRO



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CAMÉRA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
DATA: 28/05/2026
AVANÇADA

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 2026.06.23.063-DL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026.03.30.002

A(O) Sec. de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, por intermédio do seu Agente de Contratação, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados fará realizar Dispensa de Licitação sem disputa, com critério de julgamento pelo Menor Preço, Item, na hipótese do Art. Art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 2006 e demais exigências previstas neste aviso de dispensa eletrônica e seus Anexos.

DADOS DA SESSÃO PÚBLICA

Data da sessão de julgamento das propostas:

26 de junho de 2026

Link:

<https://compras.m2atecnologia.com.br/>

Horário de julgamento das propostas:

14:00 Hs

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação será dividida em Item, conforme tabela constante abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE APOIO E ACOMPANHAMENTO DE SISTEMAS GOVERNAMENTAIS VINCULADO A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES CELEBRADOS COM A UNIÃO E COM O ESTADO DO CEARÁ, COMPREENDENDO A EXECUÇÃO DE ROTINAS ADMINISTRATIVAS, ALI	12.0	Mês
	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE APOIO E ACOMPANHAMENTO DE SISTEMAS GOVERNAMENTAIS VINCULADO A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES CELEBRADOS COM A UNIÃO E COM O ESTADO DO CEARÁ, COMPREENDENDO A EXECUÇÃO DE ROTINAS ADMINISTRATIVAS, ALI		

1.2.1. Havendo mais de um Item facultar-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.



1.3. O critério de julgamento adotado será o Menor Preço por Item, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA CONTRATAÇÃO DIRETA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no endereço eletrônico <https://compras.m2atecnologia.com.br/>.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos para cadastro no link <https://compras.m2atecnologia.com.br/>, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

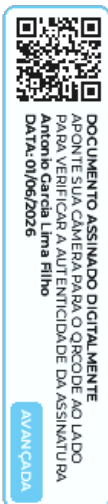
2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21 e desde que pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, não necessite de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

2.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.



3. INGRESSO NA CONTRATAÇÃO DIRETA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na contratação direta se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.**

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados na proposta inicial, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la, **até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.**



3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

4.1. Na data e horário indicado para abertura e julgamento da contratação direta, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

4.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

4.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

4.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

4.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da contratação direta.

4.3. Estando o preço compatível, será solicitado, se necessário, documentos complementares.

4.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

4.5.1. contiver vícios insanáveis;



4.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

4.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

4.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

4.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

4.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:

4.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

4.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

4.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

4.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

4.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

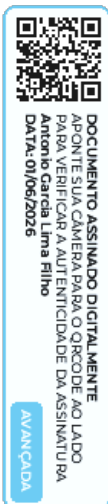
4.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

4.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

4.10. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

4.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

4.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.



5. HABILITAÇÃO

5.1. Os Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Aviso de Contratação Direta, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

5.1.1. Habilitação Jurídica

a) cópia de documento oficial com foto e do Cadastro de Pessoa Física - CPF do Titular, no caso de firma individual ou do (s) sócio (s), quando se tratar de sociedade;

b) no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis e aditivos em vigor, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

d) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

e) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

f) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

g) decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

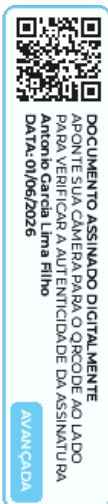
h) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.1.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

c) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

5.1.3. Qualificação Econômico-Financeira

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

5.1.4. Qualificação Técnica

5.1.4.1 - Prova de inscrição e regularidade da licitante e de seu responsável técnico junto ao Conselho Regional de Administração - CRA, do Estado sede da licitante.

5.1.4.2 - Comprovação de capacidade técnico-operacional da licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em característica com o objeto desta licitação, a ser feita por intermédio de Certidão de Registro de Comprovação de Aptidão (RCA) em nome do licitante, expedido pelo Conselho Regional de Administração - CRA da sede da licitante, em que figure(m) o nome da empresa licitante, o nome do responsável técnico, comprovando a execução de serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, acompanhada da respectiva certidão;

5.1.4.3 - Comprovação de a LICITANTE possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega dos documentos, profissionais de nível superior, **devidamente registrados em suas entidades de classe**, conforme equipe mínima exigida para a prestação dos serviços, a saber:

- a. 01 (um) Administrador(a), inscrito no CRA;
- b. 01 (um) Assistente Social, inscrito no CRESS;
- c. 01 (um) Contador(a), inscrito no CRC; e

5.1.4.4 - Comprovação de que o(a) Administrador(a) e responsável técnico, cujo o nome esteja incluso na Certidão de Registro de Comprovação de Aptidão (RCA) - CRA, faz parte do quadro permanente da licitante, sendo feita através de cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS (folha de identificação em que



consta a fotografia, folha da qualificação e contrato de trabalho celebrado com a licitante) ou pela comprovação da participação societária através de cópia do contrato social, quando sócio.

5.1.4.5 - Comprovação de que todos os profissionais que compõem a equipe técnica possuem capacidade técnica por meio de apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

5.1.4.6 - Comprovação de que os profissionais previstos no item 4.3.4.3, fazem parte do quadro permanente da licitante, constando da seguinte forma:

- a) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS (folha de identificação em que consta a fotografia, folha da qualificação e contrato de trabalho celebrado com a licitante);
- b) Comprovação da participação societária através de cópia do contrato social, quando sócio; ou
- c) Contrato de Prestação de Serviços;

Compromisso de participação dos profissionais indicados pela licitante para a equipe técnica, onde os mesmos declarem que participarão, permanentemente, dos serviços objeto desta licitação, o qual deverá vir com firma reconhecida em cartório.

d) Declaração do fornecedor atestando que conhece todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

e) Em relação às fornecedoras cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

e.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

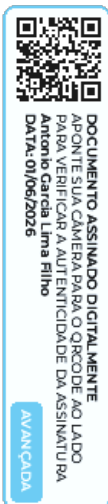
e.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

e.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

e.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

e.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

e.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da dispensa;



e.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

5.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); (Acórdão n° 1.793/2011 - Plenário);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php). (Acórdão n° 1.793/2011 - Plenário);

c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

5.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>);

5.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

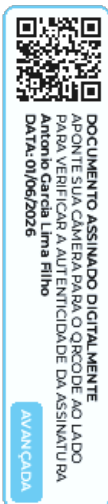
5.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

5.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

5.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do Cadastro de Fornecedor, nos documentos por ele abrangidos.

5.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do Cadastro de Fornecedor para que estejam vigentes na data da



abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

5.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

5.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

5.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

5.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

5.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

5.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

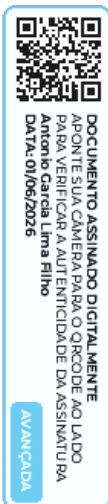
5.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6. CONTRATAÇÃO

6.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.2. **O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

6.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.



6.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

6.3. O prazo de vigência da contratação prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

6.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

7. SANÇÕES

7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

7.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

7.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

7.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

7.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

7.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

7.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

7.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da contratação direta

7.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

7.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



7.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 7.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 7.1.1 a 7.1.12;.

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.1.2 a 7.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.1.8 a 7.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

7.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

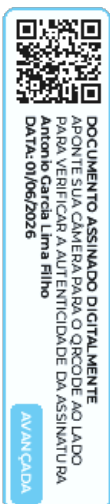
7.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

7.7. A apuração e o julgamento das infrações administrativas, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.8. O processamento do PAR - Processo de Apuração de Responsabilidade, não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.



7.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

7.10. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. O procedimento será divulgado no sítio eletrônico oficial do(a) Sec. de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e no(s) endereço(s) eletrônico(s) <https://chorozinho.ce.gov.br/>.

8.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

8.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

8.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

8.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

8.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

8.3. As providências dos subitens 8.2.1 e 8.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados, procedimento deserto.

8.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

8.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

8.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

8.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e



acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

8.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

8.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

8.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

8.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

8.13.1. ANEXO I - Termo de referência/Projeto Básico;

8.13.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato.

Chorozinho/CE, 01 de junho de 2026

assinado eletronicamente
Antonio Garcia Lima Filho
ORDENADOR(A) DE DESPESAS



ANEXO I - PROJETO BÁSICO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 2026.06.23.063-DL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026.03.30.002

1. DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA OPERACIONALIZAÇÃO, GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DE SISTEMAS GOVERNAMENTAIS VINCULADO A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES CELEBRADOS COM A UNIÃO E COM O ESTADO DO CEARÁ, COMPREENDENDO A EXECUÇÃO DE ROTINAS ADMINISTRATIVAS, ALIMENTAÇÃO DE PLATAFORMAS OFICIAIS, MONITORAMENTO DE PROCESSOS, ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS E DEMAIS ATOS NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PACTUADAS JUNTO A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE CHOROZINHO-CE.

1.2. A contratação será dividida em Item(s), conforme tabela constante abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA OPERACIONALIZAÇÃO, GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DE SISTEMAS GOVERNAMENTAIS VINCULADO A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES CELEBRADOS COM A UNIÃO E COM O ESTADO DO CEARÁ, COMPREENDENDO A EXECUÇÃO DE ROTINAS ADMINISTRATIVAS, ALI	12.0	Mês
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA OPERACIONALIZAÇÃO, GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DE SISTEMAS GOVERNAMENTAIS VINCULADO A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES CELEBRADOS COM A UNIÃO E COM O ESTADO DO CEARÁ, COMPREENDENDO A EXECUÇÃO DE ROTINAS ADMINISTRATIVAS, ALIMENTAÇÃO DE PLATAFORMAS OFICIAIS, MONITORAMENTO DE PROCESSOS, ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS E DEMAIS ATOS NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PACTUADAS JUNTO A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE CHOROZINHO-CE.			

2. DA PESQUISA DE PREÇO

2.1. O Setor de Compras realizou ampla pesquisa de mercado levando-se em consideração todos os detalhes que envolvem o objeto a ser adquirido, e anexa-se ao processo os valores apurados compilados em relatório, que visa subsidiar o Valor de Referência no montante de R\$ R\$ 55.400,04 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos reais e quatro centavos), que norteará as decisões do Agente de Contratação designado para a realização da Dispensa Eletrônica de Licitação, quanto à aceitabilidade das propostas.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA ECONSULTORIA É NECESSÁRIA PARA GARANTIR A CORRETA OPERACIONALIZAÇÃO, GESTÃO EACOMPANHAMENTO DOS SISTEMAS GOVERNAMENTAIS RELACIONADOS A CONVÊNIOS EINSTRUMENTOS CONGÊNERES FIRMADOS COM A UNIÃO E O ESTADO DO CEARÁ.OS SERVIÇOS INCLUEM A EXECUÇÃO DE ROTINAS ADMINISTRATIVAS,ALIMENTAÇÃO DE PLATAFORMAS OFICIAIS, MONITORAMENTO DE PROCESSOS E ELABORAÇÃO DERELATÓRIOS,

ASSEGURANDO O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PACTUADAS.A MEDIDA VISA SUPRIR A NECESSIDADE DE APOIO TÉCNICO QUALIFICADO,ASSEGURANDO EFICIÊNCIA, REGULARIDADE E CONFORMIDADE NA GESTÃO DOS CONVÊNIOS NOÂMBITO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE CHOROZINHO-CE.

4. JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

4.1. O valor apresentado na pesquisa de mercado enquadra-se no disposto no Art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133/2021, referindo-se à dispensa de licitação para contratação do objeto demandado neste termo, com pequena relevância econômica, diante da onerosidade de uma licitação. O Art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133, de 1 de abril de 2021, dispõe que é DISPENSÁVEL a licitação O art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 permite a contratação direta, por dispensa de licitação, para outros serviços e compras cujo valor seja inferior ao limite estabelecido em regulamento. Com a publicação do Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025, os valores da Nova Lei de Licitações foram atualizados, passando o limite do art. 75, inciso II, a ser de R\$ 65.492,11, (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

4.2. As aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição. Porém, o comando constitucional já enuncia que a lei poderá estabelecer exceções à regra geral, com a expressão "ressalvados os casos especificados na legislação".

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo 37 inciso XXI da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio trazido para a Administração Pública, via aprovação e sanção de lei na esfera federal, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Portanto, a lei poderá criar hipóteses em que a contratação será feita de forma direta. O novo regulamento geral das licitações, a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, a exemplo da Lei nº 8.666/93, também prevê os casos em que se admite a contratação direta, podendo a licitação ser dispensável ou inexigível.

A nova Lei de Licitações, sancionada no dia 01 de Abril de 2021, trouxe inovações diversas, inclusive adequou os limites de dispensa de licitação em seu Art. 75, inciso II, que assim preconizou:

Da Dispensa de Licitação - Art. 75, inciso II

O art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 permite a contratação direta, por dispensa de licitação, para outros serviços e compras cujo valor seja inferior ao limite estabelecido em regulamento. Com a publicação do Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025, os valores da Nova Lei de Licitações foram atualizados, passando o limite do art. 75, inciso II, a ser de R\$ 65.492,11, (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1. Prazo e execução:

5.1.1. O prazo de execução dos serviços é de 12 meses, contados do recebimento da Nota de Empenho, Contrato ou Instrumento equivalente.

5.1.2. Cumprida a obrigação, o objeto da licitação será recebido:

5.1.2.1. Mediante termo, os serviços serão recebidos PROVISORIAMENTE, pelo(s) servidor(es) responsável(eis) designado pelo(a) Sec. de Planejamento e Desenvolvimento Urbano para acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 10 (dezs) dias úteis da prestação do serviço.

5.1.2.2. DEFINITIVAMENTE, mediante termo, em até 15 (QUINZE) dias úteis da emissão do Termo de Recebimento Provisório, pelo(s) servidor(es) responsável(eis) designado(s) pelo(a) Sec. de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

5.1.2.2.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser estendido de forma a garantir maior possibilidade ao contratante de verificação da adequação do serviço contratado.

5.1.2.2.2. O referido prazo pode ficar suspenso, ou mesmo ser prorrogado, em eventual discordância das condições de prestação e validação, de modo que a CONTRATADA faça os ajustes necessários de correção, ou apresente as justificativas pertinentes a avaliação realizada.

5.1.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o(s) serviço(s) executado(s) em desacordo com os termos do Projeto Básico.

5.1.4. Se no ato da entrega do(s) serviços a nota fiscal/fatura não for aceita pela Administração, devido a irregularidades em seu preenchimento, será procedida a sua devolução para as necessárias correções. Somente após a reapresentação do documento, devidamente corrigido, e observados outros procedimentos, se necessários, procederá a Administração ao recebimento provisório do(s) serviço(s).

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Nomear Gestor e Fiscais do Contrato para acompanhar e fiscalizar sua execução;

6.1.2. Encaminhar formalmente as demandas de serviços, de acordo com os critérios estabelecidos neste Projeto Básico;

6.1.3. Receber o objeto prestado pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

6.1.4. Supervisionar a execução do objeto do Contrato, exigindo presteza na execução e correção das falhas eventualmente detectadas;

6.1.5. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

6.1.6. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;

6.1.7. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços;

6.1.8. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

6.1.9. Disponibilizar para a equipe técnica da CONTRATADA os recursos necessários para cumprimento do objeto do Contrato;

6.1.10. Assistir a equipe técnica da CONTRATADA na indicação dos locais de execução dos serviços, como forma de prevenir a ocorrência de danos de qualquer natureza;

6.1.11. Registrar as ocorrências que estejam em desacordo com as condições estabelecidas neste Projeto Básico, solicitando a CONTRATADA a pronta regularização;

6.1.12. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços;

6.1.13. Proceder com a avaliação dos serviços e ateste das respectivas faturas decorrentes.

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Projeto Básico, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Projeto Básico e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 7.1.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 7.1.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 7.1.3. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas;
- 7.1.4. Tomar todas as providências necessárias à fiel execução dos serviços objeto do Contrato;
- 7.1.5. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;
- 7.1.6. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 7.1.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no aviso de dispensa eletrônica de licitação;
- 7.1.8. Providenciar que seus contratados portem documento de identificação quando da execução do objeto à CONTRATANTE;
- 7.1.9. Promover a execução dos serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;
- 7.1.10. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo relatórios e documentação técnica à Administração;
- 7.1.11. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, julgados necessários à boa gestão do contrato;
- 7.1.12. Cumprir com os prazos, disposições e especificações estabelecidas neste Projeto Básico;
- 7.1.13. Repassar aos fiscais do Contrato, em tempo hábil, quaisquer justificativas de situações específicas que envolvam impedimento do cumprimento dos termos do Contrato, por razões alheias ao controle da CONTRATADA;
- 7.1.14. Comunicar a contratante quaisquer ocorrências que impeçam, mesmo que temporariamente, a execução dos serviços;
- 7.1.15. Manter identificados todos os materiais e equipamentos de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE;
- 7.1.16. Apresentar a CONTRATANTE, sempre que exigido pela equipe de fiscalização do contrato, relatórios e outros documentos inerentes à execução dos serviços;
- 7.1.17. Manter sigilo de todos os dados ou informações da CONTRATANTE obtidas em função da execução dos serviços;

7.1.18. Submeter seus empregados, durante o tempo de permanência nas dependências da CONTRATANTE, aos regulamentos de segurança e disciplina por este instituído, mantendo-os devidamente identificados;

7.1.19. Orientar-se pelo sigilo do teor de todos os documentos produzidos e abster-se de transferir responsabilidade a outrem;

7.1.20. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

7.1.21. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto ou em conexão com ele, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;

7.1.22. Abster-se de remanejar ou desativar equipamentos ou recursos sem prévia autorização da CONTRATANTE;

7.1.23. Fornecer à sua equipe técnica todos os materiais necessários para a prestação dos serviços;

7.1.24. Responder por quaisquer acidentes de que possam sofrer os seus empregados, quando em serviço nas dependências da CONTRATANTE;

7.1.25. Adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, quando couber, nos termos das legislações em vigor;

7.1.26. Abster-se de veicular publicidade acerca do contrato, salvo mediante prévia autorização da CONTRATANTE.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do(s) serviço(s) contratado(s), anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de

seus agentes e prepostos, de conformidade com o § 2º do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento dos serviços será efetuado em moeda corrente nacional, por meio de emissão de Ordem Bancária, para crédito em conta corrente da CONTRATADA em até 30 (trinta) dias após apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) atestada(s) pela Administração, na forma e prazo estabelecido neste Projeto Básico.

11.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

11.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao Cadastro de Fornecedores para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no aviso de dispensa eletrônica de licitação.

11.6. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao Cadastro de Fornecedores.

11.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento

ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \left(\frac{6}{100} \right)$
365

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da dispensa eletrônica de licitação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica de licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a dispensa eletrônica de licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da dispensa eletrônica de licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

12.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2. Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;

12.2.3. Multa de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na execução dos serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

12.2.4. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;

12.2.5. Multa de 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

12.2.6. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela inexecução total do contrato.

12.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas e os profissionais que:

12.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores.

13. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

13.1. A empresa CONTRATADA deverá garantir, no que couber, o descarte correto e seguro de todos os insumos/itens que forem removidos em manutenções, adotando práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto.

13.2. A CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal de 1988 .

13.3. A empresa contratada deverá adotar medidas a orientar seus empregados para adotarem condutas e técnicas para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas e respeitadas as normas ambientais vigentes.

13.4. É dever da contratada, observar entre outras: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos serviços.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas correrão a conta de dotações específica do orçamento do(a) Sec. de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, na classificação econômica 1001.15.122.0066.2.075 - Gerenciamento da Secretaria de Planejamento e Desenv. Urbano, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903905 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, R\$ 55.400,04 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos reais e quatro centavos); .

Chorozinho/CE, --

ANTONIO GARCIA LIMA FILHO
RESPONSÁVEL

APROVO o Projeto Básico elaborado, por entender que ele cumpre todos os requisitos necessários para esta contratação.

ANTONIO GARCIA LIMA FILHO
ORDENADOR(A) DE DESPESAS

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO
DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 2026.06.23.063-DL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026.03.30.002

TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O(A)
SEC. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
URBANO E

O(A) SEC. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO, com sede no(a) --, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o --, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a) ANTONIO GARCIA LIMA FILHO, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CPF/CNPJ, sediado(a) no(a), doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), inscrito no CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 2026.03.30.002 e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1 de abril de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa Eletrônica de Licitação nº 2026.06.23.063-DL, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA OPERACIONALIZAÇÃO, GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DE SISTEMAS GOVERNAMENTAIS VINCULADO A CONVÊNIO E INSTRUMENTOS CONGÊNERES CELEBRADOS COM A UNIÃO E COM O ESTADO DO CEARÁ, COMPREENDENDO A EXECUÇÃO DE ROTINAS ADMINISTRATIVAS, ALIMENTAÇÃO DE PLATAFORMAS OFICIAIS, MONITORAMENTO DE PROCESSOS, ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS E DEMAIS ATOS NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PACTUADAS JUNTO A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE CHOROZINHO-CE., conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Aviso de Dispensa Eletrônica de Licitação, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E	12.0	Mês		

<p>CONSULTORIA NA OPERACIONALIZAÇÃO, GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DE SISTEMAS GOVERNAMENTAIS VINCULADO A CONVÊNIO E INSTRUMENTOS CONGÊNERES CELEBRADOS COM A UNIÃO E COM O ESTADO DO CEARÁ, COMPREENDENDO A EXECUÇÃO DE ROTINAS ADMINISTRATIVAS, ALI</p>				
<p>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA OPERACIONALIZAÇÃO, GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DE SISTEMAS GOVERNAMENTAIS VINCULADO A CONVÊNIO E INSTRUMENTOS CONGÊNERES CELEBRADOS COM A UNIÃO E COM O ESTADO DO CEARÁ, COMPREENDENDO A EXECUÇÃO DE ROTINAS ADMINISTRATIVAS, ALIMENTAÇÃO DE PLATAFORMAS OFICIAIS, MONITORAMENTO DE PROCESSOS, ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS E DEMAIS ATOS NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PACTUADAS JUNTO A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE CHOROZINHO-CE.</p>				

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ___/___/___ e encerramento em ___/___/___, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133 de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....), conforme abaixo especificado:

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do(a) Sec. de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, na classificação abaixo: 1001.15.122.0066.2.075 - Gerenciamento da Secretaria de Planejamento e Desenv. Urbano, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903905 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, R\$ 55.400,04 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos reais e quatro centavos);

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do Aviso de Dispensa Eletrônica nº 2026.06.23.063-DL.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1.. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice do IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do aviso de dispensa eletrônica nº 2026.06.23.063-DL.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do Aviso de Dispensa Eletrônica nº

9. CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do Aviso de Dispensa Eletrônica de Licitação nº

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do aviso de Dispensa Eletrônica de Licitação nº 2026.06.23.063-DL.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do aviso de Dispensa Eletrônica de Licitação nº

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EXTINÇÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser extinto nos termos dos arts. 106 e 137, combinado com o art. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos previstos no art. 104 da Lei 14.133, de 2021.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper o fornecimento dos bens/produtos sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, respeitado o art. 129 da Lei nº 14.133, de 2021..

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, na Imprensa Oficial, no sitio eletrônico e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo previsto no art. 94 Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Chorozinho para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 151, da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

CHOROZINHO/CE, de..... de 20.....

SEC. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO
CNPJ/MF Nº 23.555.279/0001-75
ANTONIO GARCIA LIMA FILHO
Responsável legal da CONTRATANTE

CONTRATADO
CPF/CNPJ Nº XXXXXXXXXX
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1.

2.